



Universidade Federal De Ouro Preto – UFOP
Escola de Educação Física - EEFUFOP
Bacharelado em Educação Física



Trabalho de Conclusão de Curso em formato de Monografia

**Reflexões sobre as possíveis contribuições do CENSO 2022 para as políticas
públicas de lazer e esporte no Brasil**

Augusto César de Figueiredo Lima

Jose Marcelo Alves Cassimiro

Ouro Preto -MG
2023

Augusto César de Figueiredo Lima

Jose Marcelo Alves Cassimiro

**Reflexões sobre as possíveis contribuições do CENSO 2022 para as políticas
públicas de lazer e esporte no Brasil**

Trabalho de Conclusão de Curso em formato de monografia, apresentado à disciplina Seminário de TCC (EFD-381) do curso de Bacharelado em Educação Física da Universidade Federal de Ouro Preto, como requisito parcial para aprovação na mesma.

Orientador: Prof. Dr. Bruno Ocelli Ungheri

Ouro Preto- MG

2023

SISBIN - SISTEMA DE BIBLIOTECAS E INFORMAÇÃO

C345r Cassimiro, Jose Marcelo Alves.
Reflexões sobre as possíveis contribuições do censo 2022 para as políticas públicas de lazer e esporte no Brasil. [manuscrito] / Jose Marcelo Alves Cassimiro. Augusto César de Figueiredo Lima. - 2023.
32 f.: . + Quadro.

Orientador: Prof. Dr. Bruno Ocelli Ungheri.
Monografia (Bacharelado). Universidade Federal de Ouro Preto.
Escola de Educação Física. Graduação em Educação Física .

1. Censos. 2. Lazer- Políticas públicas. 3. Esportes- Políticas públicas.
I. Lima, Augusto César de Figueiredo. II. Ungheri, Bruno Ocelli. III.
Universidade Federal de Ouro Preto. IV. Título.

CDU 796

Bibliotecário(a) Responsável: Soraya Fernanda Ferreira e Souza - SIAPE: 1.763.787



FOLHA DE APROVAÇÃO

Augusto César de Figueiredo Lima

José Marcelo Alves Cassimiro

Reflexões sobre as possíveis contribuições do CENSO 2022 para as políticas públicas de lazer e esporte no Brasil

Monografia apresentada ao Curso de Educação Física da Universidade Federal de Ouro Preto como requisito parcial para obtenção do título de Licenciado e Bacharel, respectivamente.

Aprovada em 06 de março de 2023.

Membros da banca

Prof. Dr. Bruno Ocelli Ungheri - Orientador (Universidade Federal de Ouro Preto)
Prof. Dr. Everton Rocha Soares (Universidade Federal de Ouro Preto)
Prof. Dr. Renato Melo Ferreira (Universidade Federal de Ouro Preto)

Bruno Ocelli Ungheri, orientador do trabalho, aprovou a versão final e autorizou seu depósito na Biblioteca Digital de Trabalhos de Conclusão de Curso da UFOP em 13/03/2023



Documento assinado eletronicamente por **Bruno Ocelli Ungheri, PROFESSOR DE MAGISTERIO SUPERIOR**, em 13/03/2023, às 17:37, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.ufop.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0489876** e o código CRC **138AC64D**.

DEDICATÓRIA

Augusto César de Figueiredo Lima:

Dedico este trabalho a todas as pessoas que acreditam que é possível transformar o mundo. E às que o transformam. Talvez não o mundo todo, de uma vez só. Talvez sim. Àquelas que se organizam e lutam com suas bandeiras, com bravura, ombro a ombro, para transformá-lo. E às que, conscientemente ou não, lutam e o transformam diária e silenciosamente também. Muito me enchem os olhos as pessoas que não dizem para outras pessoas que elas nunca vão mudar o mundo! Este trabalho também é para vocês. Por fim, dedico esse trabalho a todas as pessoas que acreditam que é mais que possível, é necessário ser e agir diferente na nossa sociedade. Essas pessoas já são a mudança do mundo.

José Marcelo Alves Cassimiro

Dedico este trabalho à minha família e a todas as pessoas as quais me incentivaram a concluir esta guardação. Meu muito obrigado!

AGRADECIMENTOS

Augusto César de Figueiredo Lima

Agradeço, primeiramente, a minha família por todo o amor, carinho e suporte. Meu pai Biju, minha mãe Tuta e meus irmãos Xandão, Caio e Pansa: amo muito vocês!

Aos meus padrinhos Carlão e Luzia por serem nada menos que meu segundo pai e minha segunda mãe. Às famílias Ferreira de Figueiredo e Costa Lima por todos os momentos vividos. A pessoa que me torno hoje tem a honra de dizer que cresceu aprendendo muito com cada um e cada uma de vocês! Aos grandes amigos de Paraopeba que me ensinam tanto, e que carrego no coração por onde quer que eu vá. Essa conquista também é de vocês!

Aos ensinamentos dentro e fora de quadra adquiridos junto a toda a equipe/família do handebol de Paraopeba. Aos bons amigos de Águas de Lindóia e Diamantina. Ao ensino público, gratuito e de qualidade. Em especial à UFOP, em especial à EEFUFOP e com mais carinho ao LAGEP e ao meu amigo e orientador Brunão. Ao 15.2 da EFI, em especial Cezão, Bokão, Rufão, Rangel e meu amigo e parceiro neste trabalho Zé Marcelo

À Ouro Preto, principalmente ao sistema republicano. Finalizo deixando minha gratidão profunda aos moradores e ex alunos da República Taberna. Em especial Tyazzynha, Dia D, Brunello, Poney, Darroça, Parabólica, Chuveirinho, hp, Brizola, Topreso, Dadá, pardal, Robinho, Cokin, Fanho, Zé Bunitin e Tragédia. E sigo sem palavras para explicar a ‘‘casa’’ que transformou a minha vida, e que pra sempre chamarei de minha.

José Marcelo Alves Cassimiro

Agradeço, primeiramente, a Deus por me guiar até aqui. Agradeço à minha família, especialmente à minha mãe Geralda mesmos diante a todas as dificuldades vividas na roça, distante de tudo e sem muitos recursos, sempre lutou para que meus irmãos e eu pudéssemos frequentar a escola. Ao meu Pai Raimundo, por sempre me incentivava a estudar e pelos inúmeros valores que me ensinou. Sei que onde estiver, estará muito orgulhoso dos seus filhos.

Obrigado ao meu irmão Mateus, sem palavras para descrever tudo que você fez por mim, sem você eu nunca teria chegado aqui, pois sua insistência para que eu fosse estudar foi o maior presente que você me deu. Te amo!

Agradeço à Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP) por me proporcionar um ensino gratuito e de qualidade, aos professores da Escola de Educação Física da (UFOP), em especial ao meu orientador Bruno Ocelli, aos mestres Renato Melo, Everton Rocha, Siomara Silva, Lenice, Kelerson, Álbena e, não posso deixar de mencionar ao professor Luiz Eduardo do DCBI, por me orientar novamente no projeto PET saúde. Além dos Laboratórios de pesquisa LAGEP e LAMEES: muito além do âmbito científico, são famílias.

Agradeço também aos meus colegas de curso, em especial ao Augusto, parceiro neste trabalho. Por fim, todos os lugares aos quais estagiei e atuei: Ministério da Saúde, Escola de Educação Física do Exército (EsEFEX), Fundação Aleijadinho, Academias Corpus, Corpo, Instituto Trampolim, Prefeitura de Ouro Preto e de Ouro Branco MG. O meu muito obrigado!

EPÍGRAFE

“O importante é não parar de questionar”.

Albert Einstein.

RESUMO

O presente estudo teve como objetivo fazer apropriações e reflexões sobre o Censo 2022 e as políticas públicas de esporte e lazer. Utilizou-se de uma pesquisa qualitativa de cunho descritivo e documental, sendo que para a análise dos resultados usou-se análise de conteúdo. No que diz respeito aos documentos foram utilizados os três questionários, básico, amostra e indígena ou quilombola, do Censo demográfico do IBGE 2022, onde com base nas perguntas destes foram montadas categorias de perguntas que têm relação direta ou indireta com a justificativa e problematização das políticas públicas de esporte e lazer, no mais buscou-se por meios de artigos, livros, reportagens e documentos legais para fazer a discussão dos resultados. Sendo assim, como resultados obteve-se cinco categorias que emergiram após análise dos três questionários do Censo Demográfico 2022: conjunto de questões sobre o modo de vida, conjunto de questões sobre a Educação dos brasileiros, conjunto de questões sobre o trabalho e rendimento, conjunto de questões sobre pessoas com deficiências e conjunto de questões sobre indígenas ou quilombola. Assim, essas dimensões são informações sobre a vida, a cultura, o trabalho, a diversidade, a educação e as diferenças dos brasileiros numa totalidade que só o Censo, que ocorre de forma decenal, oferece, e que podem e devem ser usadas para a construção, sustentação e reformulações das políticas públicas de lazer e esporte pelos entes federados no contexto brasileiro, contemplando o lazer como um direito de todos e junto com esporte é dever do Estado fomentar as suas práticas e a sua continuidade no Brasil.

Palavras Chave: Censo Demográfico 2022. Políticas públicas. Esporte e lazer.

ABSTRACT

The present study aimed to make appropriations and reflections on the 2022 Census and public sports and leisure policies. A qualitative descriptive and documentary research was used, and content analysis was used for the analysis of the results. With regard to the documents, the three questionnaires were used, basic, sample and indigenous or quilombola, from the 2022 IBGE Demographic Census, where based on their questions, categories of questions were assembled that have a direct or indirect relationship with the justification and problematization of the public sports and leisure policies, in addition, articles, books, reports and legal documents were used to discuss the results. Thus, as a result, five categories emerged after analyzing the three questionnaires of the 2022 Census: set of questions about the way of life, set of questions about the Education of Brazilians, set of questions about work and earnings, set of questions about people with disabilities, set of questions about indigenous or quilombola. Thus, these dimensions are information about life, culture, work, diversity, education and the differences of Brazilians in a totality that only the Census, which takes place every ten years, offers, which can and should be used for the construction, support and reformulation of public sports and leisure policies by federal entities in the Brazilian context, contemplating leisure as a right for all and together with sport, it is the duty of the State to promote its practices and their continuity in Brazil

Keywords: Demographic Census 2022. Public policy. Sport Leisure.

SUMÁRIO

1.INTRODUÇÃO.....	10
2.DESENVOLVIMENTO.....	14
3. RESULTADOS E DISCUSSÃO.....	16
4.CONSIDERAÇÕES FINAIS	25
REFERÊNCIAS	26
ANEXOS	32

1.INTRODUÇÃO

O Brasil, no governo Vargas, tendo em vistas as inúmeras mudanças sociais e a necessidade de objetivo articular uma política ideológica que assinalasse toda a grandeza de sua inovação e legitimar seu formato político-institucional, o Conselho Nacional de Estatística – CNE1 e o Conselho Nacional de Geografia – CNG2, ligados efetivamente, em 1938, foi crucial para a criação do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, (IBGE) (ABRANTES, 2007). Sendo que o IBGE era/é um mecanismo efetivo de levantamento e sistematização de informações sobre o processo de ocupação e práticas da população que ocupava o território nacional, pois o levantamento das informações são *in loco*, fato que contribui para a fidedignidade das informações (ABRANTES, 2007, 2014).

As pesquisas feitas pelo IBGE, na época, tinham o intuito de realizar levantamentos de informações nos aspectos geográficos e não como foco a elaboração de ações governamentais que pudessem melhorar a qualidade de vida dos brasileiros e brasileiras. De antemão, vale destacar que o (IBGE) realiza o levantamento de informações em todo território nacional de forma decenal, isto é, a cada dez anos. Os últimos foram realizados em 1991, 2000 e 2010 (PINTO, FREITAS e FIGUEIREDO, 2018). Este levantamento de dados utiliza o trabalho de campo por setor censitário, que corresponde a menor unidade territorial, criada para fins de controle cadastral da coleta de dados. Segundo Pinto (2007), quando se realizam pesquisas na área da atenção primária à saúde, muitas vezes ainda, é possível combinar setores censitários com as chamadas ‘microáreas’ das Equipes de Saúde da Família, que correspondem a um conjunto de ruas, becos e bairros de moradia da população cadastrada pelas equipes (PINTO, 2007).

Pensando na importância de se ter um órgão de pesquisa populacional como o IBGE no país, podemos apontar que no mundo os bancos de dados populacionais são ferramentas cruciais para identificar e construir mecanismos de melhora da qualidade de vida da população, especialmente no que diz respeito a criação de políticas públicas (PINTO, FREITAS e FIGUEIREDO, 2018). No campo da saúde e educação, muito se utiliza dessas informações coletadas para identificar demandas, principalmente no que tange a construção de políticas públicas. Isso vai de encontro com a ideia do ciclo das políticas públicas, que considera o processo político organizado em etapas, sendo eles a construção da agenda política; a formulação de políticas; o processo decisório; a implementação da política; e a avaliação da política (BAPTISTA; REZENDE, 2011). Por exemplo, no final da década de 1980 a organização mundial da saúde (OMS) propôs, em articulação com os setores de saúde de

diversos países, que fosse realizado o levantamento de dados pelos respectivos órgãos de pesquisa sobre a saúde da população. Que fizesse coletas, organização e divulgação das informações que se referem à saúde da população de cada país.

Os dados disponibilizados nortearam a elaboração de políticas públicas visando a garantia de direitos sociais à população. No caso do Brasil houve a criação do Sistema Único de Saúde (SUS) dado pela lei 8.080/1990, na qual teve a sua justificação baseada em dados do IBGE (PINTO, FREITAS e FIGUEIREDO, 2018). Também, as informações produzidas pelos questionários são ferramentas para tomada de decisão entre os gestores dos diversos entes federativos, União, Estado e Municípios, especialmente no planejamento e criação de políticas públicas, atacando de forma organizada e direcionada aos problemas sociais (BAPTISTA e REZENDE, 2011).

É importante salientar que os dados populacionais do IBGE são usados para garantir a distribuição do Fundo de Participação dos Municípios (FPM) (COSTA, 2020). O fundo em questão garante que os municípios recebam 22,5% do imposto de renda (IR) e do imposto sobre produtos industrializados (IPI). Além disso, para construção e implementação de programas de vacinação, organização e planejamento de gastos com programa Bolsa Família/Auxílio Brasil, metas da educação, seguindo a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), número de deputados federais, além de servir como instrumento norteador para a iniciativa privada no que diz respeito à construção e à abertura de lojas ou empresas.

No mais, servem para de sustentar nos atos de participação popular na estruturação do plano diretor/gestor realizado pelos municípios (IGNÁCIO, MYSKIW, 2020). E nas ações dos Conselhos Municipais e Estaduais de Esporte e Lazer (STAREPRAVO; MEZZADRI, 2007). Segundo Ambrosio *et al.* (2020), esses projetos, como de ginástica para todos, são cruciais, pois melhoram valências importantes no aspecto motor, social e afetivo, contribui para promoção de qualidade de vida e saúde da população. No âmbito federal, vale destacar a atuação do ministério do esporte e a elaboração, destinação e fiscalização das políticas públicas de esporte e lazer em todo o país.

O Censo Demográfico 2022, que na sua lógica decenal deveria ter ocorrido em 2020. Contudo, foi atrasado devido à pandemia de covid-19 e por negligência do governo Bolsonaro, o qual estava no poder no período (2018 a 2022) (OLIVEIRA, 2022, PIAUÍ, 2022). Segundo o portal de notícias Estadão, as dificuldades na gestão orçamentária que marcaram a administração de Bolsonaro não permitiram que o trabalho fosse realizado em 2021. Além da falta de destinação para o censo, segundo o jornal Estadão (2022), havia também o fato do ex-chefe do executivo não acreditar nos dados dos Institutos de Pesquisas e das Universidades,

assim ao invés de agir de forma imparcial e tratar os órgãos de pesquisas como parte da sociedade, agiu privilegiando setores de seu interesse político e ideológico (PIAÚÍ, 2022). Para mais, o censo só foi começar em 2022, dois anos após a data prevista, mas com orçamento abaixo do esperado conforme aponta uma reportagem da revista Veja (2022). Fato que até o momento, março de 2023, não ocorreu o término do Censo Demográfico do IBGE 2022 (BRASIL, 2023).

Caminhando especificamente para nossa área, Educação Física, conceituamos aqui o esporte e o lazer e, especialmente traçando um objetivo que tenha um viés social, atrelado às políticas públicas apontamos aqui o conceito de esporte adotado por Melo e Fortes (2010) que retrata o esporte como um fenômeno que compõe a sociedade e se desenvolve de acordo com o seu contexto, além de apresentar em si dimensões, culturais, reformulações de identidades, históricas de classe, gênero, etnia, social entre outras (MELO e FORTES, 2010). Entendimento este que vai além do conceito de Barbanti (2006),

“Esporte é uma atividade competitiva institucionalizada que envolve esforço físico vigoroso ou o uso de habilidades motoras relativamente complexas, por indivíduos, cuja participação é motivada por uma combinação de fatores intrínsecos e extrínsecos” (BARBANTI, 2006).

Pois no âmbito das políticas públicas cabe um conceito mais atual e fora da visão influenciada pelo eurocentrismo que tratava o lazer como algo diretamente relacionado ao trabalho industrial. Assim, como o esporte temos também o conceito de lazer que ao decorrer todo tempo sofreu alterações sobre o seu entendimento. Lazer representa, segundo Gomes (2014), a necessidade de fruir, ludicamente, as incontáveis práticas sociais constituídas culturalmente, sendo o lazer um fenômeno social, político, cultural e historicamente situado (GOMES, 2014).

Em consonância, segundo Amaral e Pereira, (2009) há dificuldades que pairam sobre os estudos na Educação Física sobre políticas públicas de esporte e lazer e as soluções que a área vem encontrando ao dialogar com outras áreas como a ciência política, a sociologia e/ou áreas setoriais como a educação, assistência social, saúde (AMARAL e PEREIRA, 2009). No entanto, para isso, é preciso entender quais contribuições o IBGE tem para com as políticas públicas de esporte e lazer no Brasil desde o processo de redemocratização, após elaboração do SUS, e ações que inserem as minorias e os territórios menos favorecidos e refletir sobre as possibilidades de intervenção da Educação Física, levando em consideração as novas possibilidades advindas da atualização e inserção dos questionários do Censo.

Nesse sentido, para entendermos políticas públicas, recorro a Linhales (1998), que destaca as políticas públicas como mecanismos utilizados pelos regimes democráticos para combater as desigualdades, as injustiças e promover a redistribuição de riquezas, tendo em vista, sobretudo, a garantia dos direitos sociais (LINHALES, 1998). Na mesma linha, Hofling (2001), destaca que as políticas públicas são ações do Estado na implementação de um projeto de governo, por meio de programas voltados a setores específicos da sociedade, e que acabam por representar, potencialmente, as ideias de um determinado grupo de poder (UNGHERI, 2019).

Assim, este estudo tem como objetivo realizar reflexões sobre o Censo Demográfico do IBGE 2022 junto à literatura nacional sobre políticas públicas de esporte e lazer. Assim, faremos discussão sobre as perguntas existentes nos três questionários (ANEXO I, ANEXO II, ANEXO III) elaborados e aplicados no Censo 2022 pelo Instituto Brasileiro de Geografia e estatística (IBGE) as quais possam agregar valor e conhecimento às políticas públicas de esporte e lazer, além disso, fazer uma problematização dos aspectos históricos, sociais e políticos que perpassam as políticas públicas de esporte e lazer.

2.DESENVOLVIMENTO

No campo científico, o desenvolvimento de pesquisas demanda rigor por parte de seus responsáveis, no que diz respeito à seleção e organização dos meios utilizados para obtenção e análise dos dados. Dessa forma, a presente pesquisa buscou responder ao objetivo com base no estudo qualitativo com análise documental (GIL, 2008). “O estudo documental proporciona uma análise de documentos e informações de forma minuciosa, aprofundada e dá liberdade para o pesquisador fazer correlações e interpretações, usando as informações adquiridas, além não implicar altos custos e não necessitar de contato direto com os sujeitos da pesquisa” (GIL, 2008, p. 62; MALHOTRA, 2011). No mais, proporciona uma riqueza de informações sobre o entendimento do objeto na sua contextualização histórica e sociocultural (GUINDANI, 2009).

Os dados foram analisados através da análise de conteúdo, conforme Bardin (2010). Distribuídos em três fases: 1) a pré-análise; 2) a exploração do material; 3) o tratamento dos resultados e interpretação. A primeira fase é a fase de organização, que pode utilizar vários procedimentos, por exemplo: leitura flutuante, hipóteses e objetivos. Na segunda fase os dados são codificados a partir das unidades de registro. Na última fase se faz a categorização, essa etapa crucial, pois proporciona a elaboração de categorias as quais podem ser estabelecidas *a priori* ou *a posteriori*, a depender das suas semelhanças ou diferenciação as quais emergem do texto.

Partindo desse pressuposto, realizamos a categorização por meio do processo em três fases: primeiramente a leitura dos questionários do Censo Demográfico 2022. (ANEXO I), Questionário de Amostra ou Longo (ANEXO II), e Questionário de Abordagem Indígena (ANEXO III). O questionário básico traz os seguintes blocos de perguntas: identificação do domicílio, informações sobre moradores, características do domicílio, identificação étnico-racial, registro civil, educação, rendimento do responsável pelo domicílio e mortalidade. Já o questionário amostra: além dos blocos contidos no questionário básico, investiga também: trabalho, rendimento, nupcialidade, núcleo familiar, fecundidade, religião ou culto, pessoas com deficiência, migração interna e internacional, deslocamento para estudo, deslocamento para trabalho e autismo. Questionário de Abordagem Indígena: além dos blocos contidos no questionário básico, identifica a educação, as formas de ensino, as aldeias, as línguas, as práticas cotidianas dos indígenas e quilombolas, infraestrutura das aldeias, acesso à internet e o saneamento básico entre outras informações. Em seguida, a organização das informações,

perguntas dos questionários do Censo Demográfico 2022, em terceiro lugar a elaboração de categorias e subcategorias, e por fim, a exploração do material, em que se codificaram as categorias e as suas possíveis representações relacionadas ao tema, políticas públicas e esporte e lazer.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

De antemão, é importante ressaltar que os instrumentos de pesquisa/ levantamento de dados do Censo demográfico IBGE proporciona informações sobre o Brasil e a sua população em larga escala. Assim, para melhor síntese da pesquisa atingimos somente àquelas informações que são de interesse e que tenham relação direta ou indireta com a nossa pesquisa.

Após análises dos 3 questionários conseguimos chegar em 5 (cinco) categorias das quais se originaram das perguntas: 1ª) conjunto de questões sobre o modo de vida, esta categoria emergiu das perguntas que há nos questionários que tenham relação com a vida, os aspectos históricos familiares e as condições de vida do brasileiro. Ressaltamos que nem todas as perguntas estão diretamente ligadas ao estado de vida que o respondente tem, mas a maioria nos leva a ter um perfil de quem é este sujeito. 2ª Categoria: conjunto de questões sobre a Educação. A educação dos brasileiros em geral é uma das principais temáticas abordadas pelo Censo, especialmente porque ela é um direito resguardado pela constituição, além de ser um elemento determinante na mudança de vida das pessoas e de uma nação. Essa categoria abarcou as questões que montam um perfil de que tipo de educação o sujeito possui e acessa, quais saberes são oferecidos e quais serviços educacionais eles usufruí. Vale apontar que cada questionário destaca na sua medida e no seu objetivo quais são as temáticas a serem vista nessa categoria. 3ª categoria: conjunto de questões sobre o trabalho e rendimento. Aqui observamos as interações que ajuda a ter um diagnóstico sobre o tipo de trabalho e quais os aspectos sociais que permeiam o modo de trabalho dos brasileiros,

Nessa esteira, temos as duas últimas categorias. 4ª categoria diz respeito às pessoas com deficiências. Conjunto de questões sobre as pessoas com deficiência. Esse tópico foi um avanço nas pesquisas realizadas pelo IBGE e que engloba uma grande parcela da população. Nesta categoria, de antemão, vale destacar que são perguntas presentes somente no questionário amostra. A 5ª categoria essa denominada conjunto de questões sobre a vida indígena ou quilombola abarca as questões que estão ligadas direta ou indiretamente a vida da população indígena ou quilombola no Brasil, dentre elas nota-se perguntas que vão dizer sobre quais práticas cotidianas a qual é o tipo de moradia eles possuem. Informações as quais serviram de base não só para entender a cultura, a forma de vida ou a educação desse grupo, mas sustentar a mudança no campo das políticas públicas de esporte e lazer destinadas a essas pessoas que não vivem nos centros urbanos.

Quadro 1: Conjunto de questões que indicam o modo de vida dos brasileiros.

Identificação do domicílio	Questionário amostra e básico
Informações sobre moradores	Questionário amostra, básico e indígena
Características do domicílio	Questionário amostra, básico e indígena
Identificação étnico-racial	Questionário amostra, básico e indígena
Fecundidade	Somente questionário amostra
Mortalidade	Questionário amostra e básico

Fonte: adaptado do IBGE

Nessa categoria foi abordado as perguntas que tem relação com a vida do sujeito, por exemplo, qual lugar reside, como é o seu domicílio, com quem reside, idade, sexo, filhos e se há internet em casa. Entretanto, vale apontar de antemão, que as perguntas ainda não são o suficiente para compreender a vida dos brasileiros e as suas necessidades, pois entender esses aspectos é crucial no que tange à informação sobre os brasileiros e suas necessidades, pois essas informações ajudam a se pensar nas políticas públicas voltadas ao esporte e ao lazer, que além da CF/1988 também são mencionados como direito social em outros documentos: no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), instituído pela Lei 8.069, de 1990; no Estatuto do Idoso, instituído pela Lei 10.741, de 2003. Porém, nem todos os brasileiros usufruem do esporte e lazer na mesma proporção, especialmente por falhas nas políticas públicas, sendo necessária à difusão do conhecimento, debates e reflexões no contexto das políticas públicas de esporte, lazer e saúde (ROSA *et al.*, 2021). E além disso, as políticas públicas devem ser implementadas para que os brasileiros possam usufruir. No entanto, no Brasil, a discussão e implantação de uma política nacional de esporte sofre ao decorrer das décadas avanços e retrocessos (ALVES e PIERANTI, 2007).

Os parâmetros, idade, tipo de residência, número de pessoas etc, fornecidos nesta categoria pode ser argumento para montar programas de esportes e lazer para a terceira idade, por exemplo, haja vista que há um aumento gradativo no número de pessoas idosas no Brasil e no mundo (LEÃO, FERREIRA FAUSTINO, 2020; G1 NOTÍCIAS, 2022). Segundo a Organização das Nações Unidas (ONU) em 2050, o mundo terá 2 bilhões de pessoas idosas,

sendo idosa toda pessoa com 60 anos ou mais. Em consonância, no Brasil, estima-se que o país se torne a sexta nação mais envelhecida do mundo, com população em torno de 32 milhões de pessoas (ANDRADE, *et al.* 2013). Por fim, vale lembrar que atividade física para as pessoas idosas é primordial na prevenção de doenças crônicas, desenvolvimento da coordenação motora, manutenção das capacidades físicas e da aptidão física (FRANCHI, *et al.* 2008; BERTOLDI, 2012).

Quanto à identificação da moradia, pois nem todos os brasileiros moram em casas e/ou apartamentos, pois há pessoas em abrigos, asilos, hospitais e assim por diante. Neste caso, especialmente, devemos refletir: há políticas de esporte e lazer destinadas a esse grupo? Pois bem, segundo Rocha e Euzébio, (2013), embora não abranja a todos, mas, por exemplo, pessoas em situação de rua há a Política Nacional para inclusão social da população em situação de rua criado em 2008, não ações por parte do governo para incluir essas pessoas ao esporte e lazer. Porém, deve-se pensar nos outros direitos, saúde, moradia, alimentação, pois os direitos precisam acontecer juntos para que as pessoas tenham qualidade de vida. Infelizmente milhares de pessoas se encontram vivendo em condições sub-humanas, sem direitos à moradia, à alimentação, ao emprego, e é claro, ficando fora do alcance para esta população o direito ao lazer (ROCHA e EUZÉBIO, 2013).

Quadro 2: Conjunto de questões que apontam sobre a Educação.

Questionário básico	Sabe ler e escrever
Questionário amostra	Amplo, até pos graduação e, além disso sobre deslocamento para escola
Questionário indígena	Do básico e sobre a formação e educação indígena

Fonte: adaptado do IBGE

A Educação é uma das questões sociais levantadas pelo Censo, sendo que ela só é informada na sua totalidade no questionário amostra, pois no básico só se obtém a informação se o indivíduo sabe ler e escrever. No entanto, apesar de parecer que ela não está na linha das políticas públicas de esporte e lazer, entretanto as informações sobre a educação da população é uma informação que baliza e justifica a organização, reformulações e construções de novas políticas públicas de esporte e lazer. Um ponto a se pensar é atrelar as informações sobre quem usufrui das políticas públicas de esporte e lazer e o nível educacional.

Não obstante, por exemplo, saber o número de analfabetos é crucial, especialmente para avaliar os efeitos das políticas públicas no campo educacional nas últimas décadas. Pois, posterior à promulgação da lei de diretrizes e bases da educação (LDB) em 1996, na qual aponta que

“Art. 2º A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho” (BRASIL, 1996).

Muito se avançou, mas ainda há de se avançar no campo educacional no Brasil. Além disso, como deve se pensar na forma como essas pessoas vão usufruir das políticas públicas no campo do lazer, isto é, devem ser adaptadas a esse público.

Pensar na educação é respeitar a dignidade humana. Nesse sentido, podemos dizer que os dados educacionais os quais vão ser proporcionados pelo censo podem e devem ser trabalhados de forma ampla e atrelada as outras informações como, cor, idade, sexo, e renda, especialmente para entender qual é o grupo mais abundante, vulnerável e suas condições socioambientais. Pois todos têm o direito de usufruir das políticas públicas de esporte e lazer que, dentre vários benefícios, contribuem com a qualidade de vida da população (ALECRIM, 2020). Contudo, deve-se usar também esses possíveis dados levando em consideração o conjunto de discriminações e preconceitos endereçados a determinadas populações e grupos que estruturam as relações sociais (ROSA *et al.*, 2021).

Cabe aqui destacar que ao decorrer das últimas décadas muito se avançou no tocante à educação superior no Brasil. Segundo Ristoff, (2013), o nível de matrículas no ensino superior teve um aumento significativo devido à criação do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni), e também às mudanças nas leis referentes à educação, LDB. Esse processo de ampliação da educação vai de encontro com a ideia de Bobbio, (1986) que diz que a educação precisa ser ampla e ser para a cidadania, pois a cidadania é a base para a democracia. Todavia, cabe aqui destacar que a importância da evolução na educação, pois no sistema capitalista o qual vivemos, muitos de uma pequena parcela querem usar do sistema público para atender seus próprios interesses e não fazer políticas públicas a qual atendam a população como um todo (NECA & RECHIA, 2020).

Quadro 3: Conjunto de questões sobre o trabalho e rendimento dos brasileiros.

Questionário básico	Rendimento do responsável, mas não o trabalho/ocupação.
Questionário amostra	Identifica o tipo de trabalho, rendimento e tempo de deslocamento para o trabalho.
Questionário indígena	Não traz parâmetros de trabalho e renda, mas hábitos e práticas.

Fonte: adaptado do IBGE.

Os dados de rendimentos contribuem com o conhecimento do perfil socioeconômico médio dos municípios, assim, essa informação é de suma importância para implementação e aperfeiçoamento de políticas públicas de esporte e lazer visando corrigir as desigualdades sociais.

Sobre o trabalho, nota-se que o Censo Demográfico 2022 levanta informações sobre quanto tempo, por exemplo o brasileiro gasta para ir e retornar do trabalho. Algo crucial, pois se ele gasta a maior parte do seu dia com ações, trabalho e tempo de trânsito para o trabalho, quando ele vai poder usufruir das políticas públicas de esporte e lazer? Nessa perspectiva, sabe-se que para ser e ter lazer é preciso, entre outros elementos, ter tempo, espaço, atitude e ludicidade (MARCELLINO, 2006). Também, relacionado ao trabalho, não podemos deixar de relatar sobre a origem do lazer, segundo Dumazedier (1976), o lazer foi gerado em decorrência do desenvolvimento tecnológico e, com isso, é um produto da sociedade moderna e industrial. Em um contexto marcado pela exploração brutal da mão de obra e do tempo dos trabalhadores, foi também um momento em que o lazer era uma contrapartida, porque destaca-se pelas suas características, tais como improdutividade, liberdade e prazer (GOMES, 2014). Todavia, embora estejamos em tempos diferentes e modos de trabalhos diferentes, cabe apontar que há muito que mudar para que o esporte e lazer seja predominante e presente na vida da classe trabalhadora em nossa sociedade.

Uma das possibilidades que emerge do censo demográfico do IBGE 2022 é a triangulação dos dados, pois no que tange ao lazer e o tempo disponível, especificamente falando tempo gasto semanal para deslocamento e tempo de trabalho, não podemos deixar de relatar sobre as diferenças sobre as oportunidades de lazer para homens e mulheres. Sabe-se que a maioria das mulheres que trabalham fora de casa atualmente, além de ter um gasto de tempo para se deslocar até o seu emprego, ao chegar em casa, precisa dar conta dos afazeres de casa: cozinhar, lavar, cuidar de casa, de filhos etc. (BARBOSA e COSTA, 2017). Assim,

segundo Barbosa, (2018), há uma desigualdade entre os sexos no que diz respeito ao tempo disponível para o lazer.

Em relação à importância de se ter lazer em seu cotidiano, pode-se dizer, entre outras coisas, que a pessoa pode adquirir variados conhecimentos sobre seu cotidiano, obter novas referências e refletir sobre suas condições de existência (NECA e RECHIA, 2020). Além disso, o sujeito precisa de aprendizado, estímulo e iniciação aos conteúdos culturais. Pois o sujeito pode ser educado pelo lazer de forma emancipatória, assim se reconhecendo como cidadão e descobrindo seus direitos sociais (MARCELLINO, 2005). Por conseguinte, o lazer é uma necessidade humana, pois traz consigo a cultura que constitui um campo de práticas sociais vividas de forma lúdica pelos indivíduos, estando presente na vida cotidiana em todos os tempos, lugares e contextos (GOMES, 2011; 2014).

Não obstante, o transporte, há o custo das tarifas de ônibus, impactam financeiramente os outros gastos na vida do trabalhador brasileiro, sendo que, com isso ele não pode usar desse dinheiro para ações voltadas ao lazer. Na mesma linha, é necessário frisar que o lazer, enquanto um direito social, sofre influência e é influenciado por outros direitos como, por exemplo, a saúde, educação, transporte e moradia (NECA e RECHIA, 2020). Sendo assim, é evidente a necessidade de criação e elaboração de programas de esporte e lazer voltadas a atingir esse público.

Quadro 4: categoria IV: conjunto questões sobre as pessoas com deficiências

Questionário básico	Não traz perguntas que contemplem esse assunto
Questionário amostra	Questiona sobre deficiências motoras, físicas, psíquicas, mentais e visual.
Questionário indígena	Não traz perguntas que contemplem esse assunto

Fonte: adaptado do IBGE

A Constituição Federal de (1988) estabelece, em seu art. 6º, que o lazer é um direito assegurado a todos os indivíduos. Contudo, embora com o decorrer do tempo houve avanços no campo jurídico, criação da Política Nacional do Idoso (BRASIL, 1994) e Lei n. 13.146, Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência) (BRASIL, 2015). Nota-se a necessidade de entender pelo Censo não só as demandas desse grupo, mas sustentar via os dados fornecidos para pensar, ressignificar e elaborar as ações para

a prática do esporte e lazer para essas pessoas. Pois, embora haja, avanços nota-se que entre inúmeros outros fatores, cor, renda, sexo, que influencia no usufruto e direitos legalmente reconhecidos (PEDRÃO; UVINHA, 2017). As pessoas com deficiência facilmente encontram barreiras físico-espaciais e atitudinais que as impedem de usufruírem desses direitos (LUCCHINI e SANFELICE, 2022).

Corroborando conosco, Dornellas *et al.* (2021) aponta em seu estudo que poucas pessoas com deficiências usufruem das políticas públicas de lazer, além de se deparar nas locais situações as quais impedem as pessoas com deficiência físico-motora e visual, de transitar de maneira segura e autônoma por esses espaços. Para mais, muitos dos espaços destinados à prática de esporte e lazer, em sua maioria, se encontram em estados precários e sucateadas pelos entes públicos (SILVA FILHO, SANTOS e ANTONIETTO 2017). Em contrapartida, Ungheri, Medina e Pereira (2022), traz achados de uma pesquisa feita em uma cidade do interior de Minas Gerais que, há inúmeros aparelhos e espaços destinados à prática do lazer e esporte na cidade, porém ainda carece de melhorias para a acessibilidade.

Segundo Rosa *et al.* (2021), para ter acesso a momentos de lazer, seja o lazer esportivo ou o não esportivo praticado e vivenciado nas ruas, praças, parques públicos, clubes, associações e centros de saúde, onde queremos chegar com isso é que se os espaços públicos não são adequados às pessoas com deficiência, por exemplo, a rampa ao cadeirante, ao piso ao cego.

Nessa perspectiva, segundo Caravage e Oliver (2018) além disso, é preciso fazer políticas públicas para esse grupo sem pensar nelas como caridade ou assistencialismo, mas sim como um direito de todos. Conforme Censo do Instituto Brasileiro de Geografia IBGE (2010) para uma população de 1.751,970, havia aproximadamente 300.000 pessoas com deficiência. Em consonância, 17,3 Milhões de pessoas declararam ter ao menos um tipo de deficiência, isso é equivale a 8,4% da população brasileira acima de 2 anos de idade (Pesquisa Nacional de Saúde - PNS, 2019)

Quadro 5: Conjunto de questões sobre as pessoas indígena ou quilombola.

Questionário básico	Contempla sobre ser indígena ou quilombola
Questionario amostra	Contempla, de forma mais ampla que o básico, mas não quando o questionário indígena ou quilombola
Questionario indígena	Contempla sobre ser indígena de forma ampla

Fonte: adaptado do IBGE.

De acordo com o site de notícias agência Brasil (2022), o Censo Demográfico 2010 foi a primeira pesquisa que registrou a quantidade de etnias e de línguas indígenas existentes no Brasil. Foram contados 896,9 mil indígenas de 305 etnias ou povos (AGÊNCIA BRASIL, 2022). Com isso, a proposta mais ampla, sendo que será a primeira vez que esse questionário será utilizado, em 2022 servirá para comparar os dados e levantar outras informações não contempladas nos censos anteriores.

O atraso na realização do Censo Demográfico, especialmente para os indígenas e quilombolas, traz inúmeros entraves no tocante às políticas públicas. Segundo uma reportagem do instituto socioambiental em 2021, na qual relata

“Nós ficamos muito preocupados, porque nunca houve o levantamento situacional das comunidades quilombolas, quantitativo nem qualitativo. A política do atual governo é não valorizar e não visibilizar a população quilombola nesse país”, criticou Antônio João Mendes, representante da Coordenação Nacional das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (CONAQ) no grupo de trabalho criado pelo IBGE para planejar o levantamento dos dados da população quilombola no Censo 2021” (INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL, 2021).

Na mesma situação de atrasos e retrocessos, segundo Rosa *et al.* (2021), entramos no período denominado “década perdida” para o esporte nacional, quadro este, que muito se agravou no governo Bolsonaro, um período de regressão nas políticas públicas de esporte e lazer, marcada pela desresponsabilização estatal na esfera federal para garantia do direito ao esporte (ROSA *et al.*, 2021).

Importante dizer que o levantamento dos dados dessa população, quilombola e indígena, não é serve apenas para informar as condições de vida, mas podem e devem contribuir com elaboração das políticas públicas locais, pois conforme salienta Soares e Guadanini, (2018) O lazer e o esporte recreativo podem ser acessados como um direito do cidadão a partir de atividades diversas que não devem ser elementos estranhos à população, mas que devem

dialogar com a cultura local. Sendo que isso equivale também a população quilombola (SOARES e GUADANINI, 2018)

Boaretto e Pimentel, (2017) no estudo feito em comunidades indígenas aponta que dentre as práticas corporais, o esporte é o elemento mais recorrente na interação multicultural, e, entretanto, a pintura corporal, as lutas e as danças são eleitas para marcar a identidade da etnia junto à língua e ao artesanato (BOARETTO e PIMENTEL, 2017). Nesse sentido, fica evidente a possibilidade de ter políticas públicas de esporte e lazer nessas comunidades das quais visem valorizar essas práticas e saberes locais, além disso acreditamos que seja possível valorizar as práticas corporais indígenas levando essas ações para fora das aldeias, para as escolas por exemplo.

Fato que não podemos deixar de relatar no caso da Lei nº 11.645/2008, que estabelece a inclusão da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena, no currículo escolar” (BRASIL, 2008). Além disso, os Jogos dos Povos Indígenas é um evento sem igual para os indígenas, pois aproxima os povos indígenas e tem a oportunidade deles se apresentarem às demais comunidades os seus costumes (PINTO e GRANDO 2009). Entretanto, cabe aqui fazer a crítica que poucos brasileiros sabem da existência desses jogos, especialmente porque não é divulgado pela grande mídia- talvez seja pela própria lógica dos jogos de manterem a tradição, e não lucrar como em muitos outros eventos esportivos.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo objetivou trazer à tona possíveis problematizações sobre as questões sociais levantadas no Censo Demográfico do IBGE 2022. Dessa maneira, foi possível fazer análises e discussões dos questionários básico, amostra e indígena, as quais vão de encontro com as políticas públicas de esporte e lazer ou podem e devem ser usadas como informações norteadoras de políticas públicas de esporte e lazer.

Assim, com essas discussões sobre a população brasileira, foi possível, fazer de forma breve, contrapontos sobre as possíveis informações do que vão surgir com o Censo Demográfico (2022) e destacar a importância das políticas públicas de esporte e lazer. Além disso, o presente estudo produz reflexões que podem ser um norte para repensar no papel das informações como instrumento de construção e reformulação de políticas públicas pelos entes federados: União, Estados e Municípios com a finalidade de combater as desigualdades sociais.

No mais, reforçamos que as apropriações aqui não abarcam todas as possibilidades de informações que o Censo Demográfico fornece, mas é um caminho para novos estudos nesse campo. Todavia, vale apontar que o Censo carece de mais perguntas e temáticas que possam produzir mais informações sobre os brasileiros, por exemplo, nível de atividade física, quais conteúdos do lazer eles acessam e usufruem e assim por diante. No mais, vale a crítica que o Censo ser feito de forma decenal, haja vista a liquidez social, é preciso que o Censo investigue a situação do brasileiro de forma mais recorrente, isto é, em menos tempo. Quiçá 5 em 5 anos. Também, sugere-se novas pesquisas com caráter similar a este, especialmente na Educação Física para entender sobre as políticas públicas e as informações do Censo, tanto para avaliar, quanto para criar novas ações de esporte e lazer para a sociedade brasileira

REFERÊNCIAS

- ABRANTES, V. Era preciso redescobrir o Brasil. As expedições geográficas do IBGE entre as décadas de 1940 e 1960. Terra Brasilis (Nova Série). **Revista da Rede Brasileira de História da Geografia e Geografia Histórica**, n. 3, 2014.
- ABRANTES, V. L. C. O IBGE e a formação da nacionalidade: território, memória e identidade em construção. **Simpósio Nacional de História**, v. 24, p. 2019-01, 2007.
- AMARAL, S. C. F.; PEREIRA, A. P. C. Reflexões sobre a produção em políticas públicas de educação física, esporte e lazer. **Revista brasileira de ciências do esporte**, v. 31, n. 1, p. 41-56, 2009.
- AGENCIA Brasil, **Censo 2022 começa em territórios indígenas Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2022-08/censo-2022-comeca-em-territorios-indigenas>**. Acesso em: 28 Fev. 2023.
- ALECRIM, J. V. da C. . Políticas públicas de esporte e lazer na promoção da saúde e covid-19: o que devemos aprender para o futuro. **Boletim de Conjuntura (BOCA)**, Boa Vista, v. 2, n. 5, p. 97–100, 2020.
- ALVES, José A. B; PIERANTI, O. P. O Estado e a formulação de uma política nacional de esporte no Brasil. **RAE eletrônica**, v. 6, 2007.
- Andrade, L. M; Sena, E. L. D. S; Pinheiro, G. M. L; Meira, E. C; Lira, L. S. S. P. Políticas públicas para pessoas idosas no Brasil: uma revisão integrativa. **Ciência e Saúde Coletiva**, 2013.
- Ambrosio, M. V. B; P. A. M; de Moraes, C. O; Araujo Z. C. D; Teixeira, P. M. e de Moraes Rezende, R. Ginástica para todos na região metropolitana de Belo Horizonte: influência de um esporte não competitivo na melhoria da qualidade de vida de seus praticantes. **Corpoconsciência**, 180-193. 2020.
- BAPTISTA, T. W. F.; REZENDE, M. A ideia de ciclo na análise de políticas públicas. In MATTOS, R. A.; BAPTISTA, T. W. F. **Caminhos para análise das políticas de saúde**, 2011. p.138-172.
- BARBANTI, V. O que é esporte?. **Revista brasileira de atividade física e saúde**, v. 11, n. 1, p. 54-58, 2006.
- BARBOSA, A. L. N. H.; COSTA, J. Oferta de creche e participação das mulheres no mercado de trabalho no Brasil. Mercado de Trabalho – **Conjuntura e Análise**, ano 23, n. 62, p 23-35, 2017.
- BARBOSA, A. L. N. H. Tendências na alocação do tempo no Brasil: trabalho e lazer. **Revista Brasileira de Estudos de População**, v. 35, 2019.
- BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Ed. rev. e actual. Lisboa: Ed. 70, P 281. 2010

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**, 1988. Brasília: Senado Federal, Centro Gráfico, 1988. 1990.

BRASIL. Disponível em: Fundação Nacional dos Povos Indígenas (FUNAI). <https://www.gov.br/funai/pt-br/assuntos/noticias/2023/ibge-atinge-95-de-recenseamento-da-populacao-indigena-e-quilombola> acesso em: 28 fev. 2023.

BRASIL. LEI Nº 8.069, DE 13 DE JULHO DE 1990. **Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências.** Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18069.htm. Acesso em: 23 fev. 2023.

BRASIL. **LEI Nº 10.741 DE 01 DE OUTUBRO DE 2003.** Dispõe sobre o Estatuto da Pessoa Idosa e dá outras providências. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/110.741.htm#:~:text=LEI%20No%2010.741%2C%20DE%201%2C%20BA%20DE%20OUTUBRO%20DE%202003.&text=Disp%C3%B5e%20sobre%20o%20Estatuto%20do%20Idoso%20e%20d%C3%A1%20outras%20provid%C3%AAs.&text=Art.%2060%20\(sessenta\)%20anos](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/110.741.htm#:~:text=LEI%20No%2010.741%2C%20DE%201%2C%20BA%20DE%20OUTUBRO%20DE%202003.&text=Disp%C3%B5e%20sobre%20o%20Estatuto%20do%20Idoso%20e%20d%C3%A1%20outras%20provid%C3%AAs.&text=Art.%2060%20(sessenta)%20anos). Acesso em: 23 fev. 2023.

BRASIL. **Lei no 11.438, de 29 de Dezembro de 2006**, dispõe sobre incentivos e benefícios para fomentar as atividades de caráter desportivo e dá outras providências. 2006. Disponível em: <<http://www.esporte.gov.br/arquivos/ministerio/legislacao/lei1143829122006.pdf>>. Acesso em: 24 fev. 2023.

BRASIL, **Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.** Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm. Acesso em: 23 fev. 2023.

BRASIL. **Plano nacional de Educação.** Disponível em: <https://pne.mec.gov.br/> Acesso em: 25 fev. 2023.

BERTOLDI, M. **A Atividade Física como Fator de Prevenção e Promoção da Saúde: Uma Reflexão Teórica.** Tio Hugo, RS, Brasil, 2012. Disponível em: <https://repositorio.ufsm.br/handle/1/1074> acesso em: 28 fev. 2023.

BOARETTO, Juliana Dias; PIMENTEL, Giuliano Gomes de Assis. O esporte em terras indígenas no Paraná: elementos para uma política pública. **Revista Brasileira de Educação Física e Esporte**, v. 31, n. 1, p. 247-257, 2017.

BOBBIO, N. **O Futuro da Democracia:** uma defesa das regras do jogo; tradução de Marco Aurélio Nogueira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

CARAVAGE, A.; OLIVER, F. C. Políticas públicas de esporte e lazer para pessoas com deficiência. **Movimento**, v. 24, n. 3, p. 987-1000, jul./set. 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.22456/1982-8918.73957>. Acesso em: 10 jun. 2022.

Costa, Nayara Luiza Silva Freire da. **Distribuição dos recursos fiscais: uma análise do fundo de participação dos municípios.** 2020. 80 f. Tese (doutorado em ciência política) Escola Brasileira de Economia e Finanças. Fundação Getulio Vargas. Rio de Janeiro. 2020.

DUMAZEDIER, J. **Sociologia empírica do lazer.** São Paulo: Perspectiva, 1976.

DE ALMEIDA, G. A.; COSTA, A. M. R. FM. Jogos dos Povos Indígenas: integração e divulgação de culturas. **CONNECTION LINE-REVISTA ELETRÔNICA DO UNIVAG**, n. 8, 2014.

ESTADÃO, **Consequências do atraso do Censo**. Disponível em: <https://www.estadao.com.br/opiniao/consequencias-do-atraso-do-censo/> acesso em: fev. 2023.

EXAME, **em 2050, o mundo terá 2 bilhões de idosos**. Disponível em: <https://exame.com/ciencia/em-2050-o-mundo-tera-2-bilhoes-de-idosos/>. Acesso em: 23 fev. 2023.

FRANCHI, K. M. B; Monteiro, L. Z; de Almeida, S. B; Pinheiro, M. H. N. P; Medeiros, A. I. A; Montenegro, R. M., & Júnior, R. M. M. Capacidade funcional e atividade física de idosos com diabetes tipo 2. **Revista Brasileira de atividade física e saúde**, 13(3), 158-166. 2008.

G1, País passa a ter mais de 10% da população formada por idosos com 65 anos ou mais de idade, diz IBGE. Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/noticia/2022/07/22/pais-passa-a-ter-mais-de-10percent-da-populacao-formada-por-idosos-com-65-anos-ou-mais-de-idade-diz-ibge.ghtml> Acesso em: 28 fev. 2023.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. Ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GOMES, C. L. Lazer: necessidade humana e dimensão da cultura. **Revista Brasileira De Estudos Do Lazer**, 2014.

GOMES, C. L. Estudos do Lazer e geopolítica do conhecimento. **LICERE-Revista do Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Estudos do Lazer**, v. 14, n. 3, 2011.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **PNS - A Pesquisa Nacional de Saúde**. Rio de Janeiro, 2019. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/saude/9160-pesquisa-nacional-de-saude.html?=&t=resultados>. Acesso em: 15 fev. 2023.

INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL, **Corte no Censo 2021 ameaça políticas públicas para povos indígenas e tradicionais**. Disponível em: <https://site-antigo.socioambiental.org/pt-br/noticias-socioambientais/corte-no-censo-2021-ameaca-politicas-publicas-para-povos-indigenas-e-tradicionais> acesso em: 28 fev. 2023.

IGNÁCIO, M. C.; MYSKIW, M. A participação nas políticas públicas de esporte e lazer: análise de enfoques da produção acadêmica. **Pensar a Prática**, v. 23, 2020.

LINHALES, M. A. São as políticas públicas para a Educação Física/Esporte e Lazer efetivamente políticas sociais? **Motrivivência**, Florianópolis, v. 10, n. 11, p. 71-82, 1998.

LEÃO, L. R. B; FAUSTINO, A. M. Ageísmo, políticas públicas voltadas para população idosa e participação social. **Revista Eletrônica Acervo Saúde**, n. 42, p. e2816-e2816, 2020.

LEÃO, L. R. B; FERREIRA, V. H. Sales; FAUSTINO, A. M. O idoso e a pandemia do Covid-19: uma análise de artigos publicados em jornais. **Brazilian Journal of Development**, v. 6, n. 7, p. 45123-45142, 2020.

LUCCHINI, M. L; SANFELICE, G. R. Inclusão Social de Pessoas com Deficiência no Lazer e Sustentabilidade Ecológica: Uma Revisão Sistemática. **LICERE-Revista do Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Estudos do Lazer**, v. 25, n. 4, p. 137-153, 2022.

MARCELLINO, N. C. **Lazer e esporte: políticas públicas**. Autores Associados, 2001.

MARCELLINO, N.C. **Lazer: formação e atuação profissional**. 7. ed. Campinas, SP: Papirus, 2005

MELO, V. A. de; de Drummond A. JR, E. **Introdução ao lazer**. Editora Manole.

MELO, V. A. FORTES, R. **História do Esporte: panorama e perspectivas**. Fronteiras: Dourados (MS). v. 12, n. 22, p. 11 – 35, jul. / dez. 2010

NECA, B. D. R; RECHIA, S. Tarifa domingueira: uma policy analysis de uma política pública de incentivo à circulação na cidade de Curitiba-PR e os impactos no âmbito do lazer. **LICERE-Revista do Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Estudos do Lazer**, v. 23, n. 1, p. 582-613, 2020.

OLIVEIRA, Danielle Chaves. **Retratos da população negra brasileira: como a dimensão racial tem sido considerada no censo demográfico do ibge**. 2022. Tese de Doutorado. Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca.

PEDRÃO, C. C; UVINHA, R. R. **O lazer do brasileiro: discussão dos dados coletados em escolaridade, renda, classes sociais e cor/raça**. In: STOPPA, E. A.; ISAYAMA, Hélder Ferreira (Orgs.). **Lazer no Brasil: representações e concretizações das vivências cotidianas**. Campinas/ SP: Autores Associados, 2017, p. 37-47.

PINTO, L. F. da S. **Estratégias de integração e utilização de bancos de dados nacionais para avaliação de políticas de saúde no Brasil**. 2006. 207 f. Tese (Doutorado em Saúde Pública) - Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca, Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2006.

PINTO, L. M. dos S; GRANDO, Beleni S. **Brincar, jogar, viver: IX Jogos dos Povos Indígenas**. Cuiabá: Central de Texto, 2009.

PINTO, L. F; FREITAS, M. P. S de; FIGUEIREDO, A.W. S de. Sistemas Nacionais de Informação e levantamentos populacionais: algumas contribuições do Ministério da Saúde e do IBGE para a análise das capitais brasileiras nos últimos 30 anos. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 23, p. 1859-1870, 2018.

PIAUI. Disponível em: **“CERTO PERDESTO O SENSO!”** Indefinição sobre o Censo expõe o obscurantismo dos poderes da República e a cegueira estatística do país. <https://piaui.folha.uol.com.br/materia/certo-perdeste-o-senso/> acesso em: 25 fev. 2023.

RISTOFF, D. Vinte e um anos de educação superior: expansão e democratização. **Cadernos do GEA**, v. 3, p. 1-59, 2013.

ROCHA, C. M; EUZÉBIO, C. A. Relatos e memórias dos moradores de rua: estudos sobre qualidade de vida, políticas públicas e lazer para a população em situação de rua da cidade de Criciúma/SC. **Motrivivência**, n. 41, p. 258-268, 2013.

DORNELLAS, L. C. G., do NASCIMENTO, A. N., JÚNIOR, M. L. M., GONÇALVES, M. R., e Lahr, S. L. N. Espaços de lazer esportivo em governador valadares/mg: possibilidade de inclusão de pessoas com deficiência. **Educação física e ciências do esporte: uma abordagem interdisciplinar-VOLUME 2**, v. 2, n. 1, p. 192-206, 2021.

ROSA, C. N; Elicker, E; Carneiro, F. H. S; & Guirra, F. J. S. políticas públicas de educação/educação física, esporte, lazer e saúde: para pensar a política de estado e o estado das políticas. **Corpoconsciência**, p. 84-93, 2021.

ROCHA, Clarissa Mariano; EUZÉBIO, Carlos Augusto. Relatos e memórias dos moradores de rua: estudos sobre qualidade de vida, políticas públicas e lazer para a população em situação de rua da cidade de Criciúma/SC. **Motrivivência**, n. 41, p. 258-268, 2013.

RISTOFF, D. Vinte e um anos de educação superior: expansão e democratização. **Cadernos do GEA**, v. 3, p. 1-59, 2013.

SÁ-SILVA, J R; ALMEIDA, C. D; GUINDANI, J. F. **Pesquisa documental: pistas teóricas e metodológicas**. **Rev. Bras. de História & Ciências Sociais**. n. I, p. 1-15, jul., 2009. UNESC, Criciúma, v. 5, nº1, janeiro/Junho 2016. Criar Educação – PPGE – UNESC.

SILVA FILHO, J. B. R.; SANTOS, M. A.; ANTONIÊTTO, D. A. Políticas Públicas de Lazer: Reflexões a partir de um Estudo de Caso em Governador Valadares-MG. **Revista Brasileira de Educação e Cultura**. Centro de Ensino Superior de São Gotardo Número XV, p. 114-128, 2017.

SILVESTRE, B. M; MIGUEL, R. S; ASSIS, A. E.S. Q. Reforma Trabalhista e o (Não) Direito ao Lazer. **LICERE-Revista do Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Estudos do Lazer**, v. 23, n. 1, p. 419-438, 2020.

SOARES, M. M. GUADANINI, A. S. Resultados do monitoramento e avaliação do PELC e Vida Saudável (2012 – 2015). In: SOARES, M. M. ISAYAMA, H. F. PINTOS, A. E. **Monitorando e avaliando políticas de esporte e lazer no Brasil: a experiência dos Programas Esporte e Lazer da Cidade (PELC) e Vida Saudável (VS)**. Autores Associados: Campinas. p. 129 – 156, 2018.

TUBINO, M. **O que é esporte**. Brasiliense, 2017.

Veja, **Após dois anos de atraso, Censo do IBGE começa a ser realizado**. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/economia/apos-dois-anos-de-atraso-censo-do-ibge-comeca-a-ser-realizado/>. Acesso em: 25 fev. 2023.

UNGHERI, B. O. **Políticas sociais de esporte e lazer: institucionalização e municipalização no contexto do Programa Esporte e Lazer da Cidade**. Tese (Doutorado em

estudos do Lazer) -Escola de Educação Física, Fisioterapia e Terapia Ocupacional da UFMG, Belo Horizonte, 2019.

UNGHERI, B; ISAYAMA, H. Equipamentos públicos de lazer e esporte: o cenário institucional de municípios que implementaram o Programa Esporte e Lazer da Cidade. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, v. 43, 2021.

UNGHERI, B. O; MEDINA, A. C. R.; DE ASSIS PEREIRA, B. Mapeamento dos Espaços e Equipamentos Públicos de Lazer e Esporte Disponíveis em Ouro Preto (MG) e seus Distritos. **LICERE-Revista do Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Estudos do Lazer**, v. 25, n. 3, p. 20-46, 2022.

ANEXOS